



2023

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS





ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO	4
ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	16
BALANÇO CONSOLIDADO	19
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS.....	20
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQ. CONSOLIDADO... <td>22</td>	22
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	23
1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	23
2. Entidades incluídas na consolidação.....	24
3. Entidades excluídas da consolidação.....	24
4. Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial..	25
5. Ent. associadas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	25
6. Entidades objecto de consolidação proporcional.....	25
7. Outras participações - Ent. não consolidadas e não incluídas nas notas 2 a 6.....	25
8. Número médio de trabalhadores ao serviço	26
9. Ativos intangíveis.....	26
10. Acordos de concessão de serviços: concedentes	27
11. Ativos fixos tangíveis	27
12. Locações.....	30
13. Financiamentos obtidos.....	31
14. Propriedades de investimento	31
15. Inventários	32
16. Rendimento de transações com contraprestação	32
17. Rendimento de transações sem contraprestação	33
18. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	35
19. Acontecimentos após a data de relato	37
20. Instrumentos financeiros	37
21. Benefícios dos empregados.....	39
22. Estado e outros entes públicos.....	39
23. Clientes, contribuintes e utentes	40
24. Outras contas a receber.....	41



25. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.....	41
26. Património/capital	41
27. Fornecedores	42
28. Outras contas a pagar	43
29. Credores por transferências e subsídios concedidos.....	43
30. Fornecimentos e serviços externos.....	43
31. Outros rendimentos e ganhos.....	44
32. Outros gastos e perdas.....	44
33. Gastos ou reversões de depreciações e amortizações.....	45
34. Juros e rendimentos similares obtidos	45
35. Juros e gastos similares suportados	46
36. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	46
37. Trabalhos para a própria entidade.....	46
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	47
Demonstração consolidada do desempenho orçamental	48
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	49
OUTROS DOCUMENTOS	
Certificação Legal das Contas Consolidadas	
Relatório e Parecer do Auditor Externo das Contas Consolidadas	



■ Relatório Anual Consolidado

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

✓

Apresentação

O Município de Mafra apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido inicialmente no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007, e posteriormente pelo n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), designadamente no cumprimento da NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, publicado no Decreto-Lei nº. 192/2015, de 11 de setembro.

O perímetro de consolidação do Município de Mafra engloba as empresas municipais GIATUL E.M. S.A., detida a 100% e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra, detida a 100%.

Face ao exercício de 2022, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra sofreu alterações, devido à internalização da subsidiária "Mafreduca, S.A. (100%)", que, contudo, por passar a estar "incluída" nas demonstrações financeiras individuais do Município de Mafra, não tem impacto quanto à comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas.

A documentação a seguir apresentada explicita as orientações seguidas relativamente à elaboração das Contas consolidadas do Município de Mafra do exercício de 2023.

h:
P
A
M
JL
P
A



- Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Município de Mafra

A norma de contabilidade de gestão NCP 27, estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer as necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

O sistema de contabilidade de Gestão, cuja implementação se iniciou em 2021, visa produzir informação relevante e analítica sobre os gastos, rendimentos e resultados do Município com o objetivo de suportar quer os processos internos de gestão pública quer a divulgação de informação no âmbito da prestação de contas.

A informação analítica já hoje produzida tem permitido apoiar alguns processos de tomada de decisão, de planeamento e controle das atividades.

No final deste terceiro exercício, os resultados obtidos parecem indicar que a informação na analítica, apurado que tem sido o seu funcionamento, esteja apta a suportar os processos de definição de preços e taxas, bem como avaliar o desempenho das diversas atividades e determinar o impacto das decisões de gestão.

A estrutura orgânica e funcional, bem como a estrutura de atividades foram definidas com o objetivo de suportarem a imputação de gastos e rendimentos e, consequentemente, determinar o resultado das atividades.

No exercício de 2023, foi analisada, para além do resultado da imputação primária de gastos e rendimentos, a validade dos critérios de repartição e afetação de gastos indiretos das estruturas funcionais e orgânicas às diversas atividades, prevendo-se, para o exercício de 2024, alterações de detalhe neste processo.

Tal como no exercício de 2022, em 2023, para além da apresentação do resultado da imputação primária, apresenta-se novamente um quadro global de gastos totais por atividades, discriminando por grupos de atividades os seus gastos diretos e indiretos, sendo que estes estão detalhados por tipos de estruturas orgânicas e funcionais de origem.

Se, tal como verificado nos exercícios anteriores, e contrariamente aos gastos, um montante significativo dos rendimentos são indiretos, deve salientar-se que, face ao exercício de 2022, a diminuição dos rendimentos indiretos, face a um aumento global dos rendimentos, é demonstrativa do esforço de rigor na classificação dos rendimentos face às atividades que os geram no processo de imputação primária.



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

A elaboração em exercícios futuros de uma matriz de repartição de rendimentos pelas atividades, permitirá a evolução do quadro de gastos totais por atividades para a apresentação de um quadro de gastos, rendimentos e resultados das atividades. Apresentam-se abaixo quadros relativos às demonstrações financeiras individuais.

✓

GASTOS TOTAIS POR NATUREZA		2022	2023
60	Transferências e subsídios concedidos	8 210 228	10 425 515
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0
62	Fornecimentos e serviços externos	27 498 353	28 656 891
63	Gastos com o pessoal	21 968 030	25 136 384
64	Gastos de depreciação e de amortização	15 545 979	17 049 651
65	Perdas por imparidade	155 270	158 365
66	Perdas por reduções de justo valor	0	0
67	Provisões do período	221 200	0
68	Outros gastos	1 202 198	2 613 039
69	Gastos por juros e outros encargos	294 256	2 132 509
TOTAL		75 095 514	86 172 353

GASTOS POR MACRO ESTRUTURA		2022	2023
DIRETOS			
931	Orgãos	483 956	508 881
932	Gabinetes e Serviços	49 635 701	61 044 388
933	Edifícios, Infraestruturas e equipamentos	20 179 105	18 007 089
	SUB-TOTAL	70 298 762	79 560 358
INDIRETOS			
93911	Custos a afetar	0	0
93912	Custos a distribuir	3 787 685	4 718 890
93913	Custos a afetar (amortizações)	0	0
93914	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	123 181	89 581
93915	Gastos não imputados (especialização)	642 609	1 803 491
93916	Gastos não imputados	243 277	33
	Diferenças de imputação	0	0
	SUB-TOTAL	4 796 753	6 611 995
	TOTAL	75 095 514	86 172 353

h
R
d
m
S
h



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA POR NATUREZA						2023
DIRETOS	TRF	CMVMC	FST	PESSOAL	AMORT	OUT
931 Orgãos	3 858	0	81 336	404 619	19 038	30
932 Gabinetes e Serviços	7 459 099	0	18 184 270	23 757 365	8 557 780	3 085 874
933 Edifícios, Infraestruturas e equipamentos	150 000	0	8 237 685	0	8 472 832	1 146 572
SUB-TOTAL	7 612 957	0	26 503 291	24 161 984	17 049 651	4 232 476
INDIRETOS						
93911 Custos a afetar	0	0	0	0	0	0
93912 Custos a distribuir	2 782 984	0	1 340 673	593 301	0	1 932
93913 Custos a afetar (amortizações)	0	0	0	0	0	0
93914 Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	0	0	89 581	0	0	0
93915 Gastos não imputados (especialização)	29 573	0	723 346	381 099	0	669 473
93916 Gastos não imputados	0	0	0	0	0	33
Diferenças de imputação	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	2 812 557	0	2 153 600	974 400	0	671 437
TOTAL	10 425 515	0	28 656 891	25 136 384	17 049 651	4 903 913



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

MAPA DETALHADO DE GASTOS DE ESTRUTURA POR NATUREZA (excluindo diferenças de imputação)MDGE							2023
	TRF	CMVMC	PST	PESSOAL	AMORT	OUT	TOTAL
93 Estruturas Orgânicas /Contas auxiliares	7 612 957	0	26 503 291	24 161 984	17 049 651	4 232 476	79 560 358
931 Órgãos							
9311 Executivo	1 933	0	73 969	386 905	19 038	0	481 845
9312 Assembleia Municipal	1 925	0	7 367	17 714	0	30	27 036
932 Gabinetes e Serviços							
9321 Administração geral e finanças							
93211 Administração geral e Ass. Jurídicos	2 857	0	316 515	5 815 323	39 940	5 397	6 180 033
93212 Gestão financeira	2 069 845	0	308 127	766 594	39 391	2 115 916	5 299 873
93213 Recursos Humanos	0	0	0	0	0	0	0
93219 Direção e serviços comuns (DRH)	0	0	0	0	0	0	0
9322 Urbanismo Obras Municipais e Ambiente							
93221 Obras e manutenção	789 844	0	7 566 033	2 681 132	5 925 924	948 351	17 911 284
93222 Planeamento Territorial e Gestão Urbanística	0	0	58 677	1 107 424	1 651 968	12 605	2 830 675
93223 Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais	0	0	0	0	0	0	0
93229 Direção e serviços comuns (DRH)	0	0	0	0	0	0	0
9323 Desenvolvimento Sócio Económico							
93231 Turismo	2 801 765	0	2 464 815	2 015 880	101 077	1 563	7 385 099
93232 Cultura	1 051 459	0	6 136 182	9 838 462	341 579	126	17 367 807
93233 Desporto	0	0	0	0	0	0	0
93234 Ação social e Apoio Institucional	0	0	0	0	0	0	0
93235 Educação e Juventude	0	0	0	0	0	0	0
93239 Direção e serviços comuns (DRH)	0	0	0	0	0	0	0
9324 Segurança e proteção Civil							
93241 Polícia Municipal	0	0	175 919	395 444	1 501	336	573 199
93242 Serv. Munic. Proteção Civil	720 764	0	183 753	334 643	59 055	337	1 298 552
9325 Unidade de Planeamento estratégico e Desenvolvimento	22 566	0	186 044	132 670	89	422	341 790
9326 Gabinete de auditoria interna	0	0	11 095	26 296	276	0	37 667
9327 Unidade de Sistemas de Informação	0	0	602 969	286 506	336 780	819	1 227 074
9328 Gab. Apoio à presidência e Comunicação	0	0	174 141	356 992	60 202	0	591 335
9329 Serviços técnicos e auxiliares							
93291 Atendimento geral	0	0	0	0	0	0	0
93292 Serviço de Limpeza	0	0	0	0	0	0	0
933 Edifícios, Infraestruturas e equipamentos							
9331 Edifícios e outras construções							
93311 Escolares	0	0	2 484 701	0	1 412 844	1 105 987	5 003 532
93312 Desportivos	0	0	1 576 745	0	759 004	14 357	2 350 106
93313 Culturais	0	0	194 978	0	225 620	8 643	429 241
93314 Administrativos e de serviços	0	0	488 974	0	248 915	2 584	740 472
93315 Centros de saúde	0	0	75 816	0	8 959	224	85 000
93316 Habitação Social	0	0	30 322	0	67 840	74	98 236
93317 Comerciais e industriais	150 000	0	393 408	0	426 934	4 392	974 733
93318 Parques de estacionamento	0	0	9 153	0	139 056	218	148 427
93319 Cemitérios e casas mortuárias	0	0	14 838	0	14 830	311	29 979
9332 Infraestruturas							
93321 Rodoviárias	0	0	568 754	0	4 804 572	2	5 373 328
93322 Sistemas de esgotos	0	0	1 283	0	104 172	0	105 455
93323 Sistemas de abastecimento de água	0	0	218	0	385	0	603
93324 Redes de comunicações	0	0	0	0	-2 970	0	-2 970
93325 Terrenos Diversos	0	0	0	0	0	0	0
93326 Iluminação Pública	0	0	1 245 850	0	36 752	0	1 282 602
93327 Jardins	0	0	682 130	0	3 415	1 665	687 210
93328 Ecocentro do Gradil	0	0	1 390	0	0	0	1 390
9333 Equipamentos							
93331 Viaturas	0	0	249 895	0	165 659	9 948	425 502
93332 Máquinas	0	0	21 746	0	72 296	167	94 209
93333 Equipamentos	0	0	350	0	10 630	0	10 981
93339 Gastos comuns das viaturas e equipamentos	0	0	197 133	0	-26 080	-2 000	169 053



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

DETALHE DAS CONTAS AUXILIARES 2023

		TRF	CMVMC	FST	PESSOAL	AMORT	OUT	TOTAL
939	Contas auxiliares							
93 911	custos a afetar	0	0	0	0	0	0	0
93 912	custos a distribuir	2 782 984	0	1 340 673	593 301	0	1 932	4 718 890
93 913	Custos a afetar (amortizações)	0	0	0	0	0	0	0
93 914	proveitos a distribuir	0	0	89 581	0	0	0	89 581
93 915	Gastos não imputados (especialização)	29 573	0	723 346	381 099	0	669 473	1 803 491
93 916	Gastos não imputados			0	0	0	33	33
							TOTAL	6 611 995

MAPA DETALHADO DE GASTOS POR ATIVIDADE

2023

	GASTOS TOTAIS	GASTOS DIRETOS	GASTOS IMPUTADOS			GASTOS INDIRETOS	
			Orgãos	Gabinetes e serviços	Edif. Infraestr. e Equip.		
941	Administração geral						
9411	Equipamento rural e urbano	1 964 913	0	16 303	1 510 338	231 375	
9412	Segurança e Ordem Pública	3 994 816	9 459	32 606	3 020 676	518 281	
9413	Ambiente e Saneamento Básico	9 934 220	2 206	01 514	7 551 690	1 264 323	
9414	Industria e energia	3 247 515	0	16 303	1 510 338	1 513 977	
9419	Outras Funções da Administração Geral	1 964 913	0	16 303	1 510 338	231 375	
942	Actividades sociais						
9421	Educação	28 341 777	11 950 349	97 817	9 062 028	5 990 199	
9422	outras	1 969 524	0	16 303	1 510 338	235 986	
9423	Saúde	4 267 565	227 861	32 606	3 020 676	572 628	
9424	Ação Social	6 469 589	402 327	48 908	4 531 014	866 647	
9425	Culturais Recreativas e Religiosas	7 560 829	870 978	32 606	3 020 676	3 228 775	
943	Actividades económicas						
9431	Comercio e Turismo	6 581 068	35	48 908	4 531 014	1 380 419	
9432	Industria e energia	3 029 826	0	32 606	3 020 676	462 750	
9433	Transportes e comunicações	2 308 283	0	16 303	1 510 338	574 745	
9439	Outras funções económicas	2 466 686	173 560	16 303	1 510 338	559 588	
944	Outras						
9441	Candidaturas	1 164 828	1 164 828				
		86 172 353	14 801 604	505 385	46 820 476	17 631 065	6 413 822

RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA

2022

2023

70	Impostos, contribuições e taxas	54 930 665	54 965 618
71	Vendas	11 668	16 644
72	Prestações de serviços e concessões	6 475 917	7 264 795
73	Variações nos inventários da produção	0	0
74	Trabalhos para a própria entidade	0	0
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	20 146 778	24 266 179
76	Reversões	828 735	640 583
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0	0
78	Outros rendimentos	8 443 093	5 887 775
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	144 578	970 887
	TOTAL	90 981 433	94 012 481



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

RENDIMENTOS POR MACRO ATIVIDADES		2022	2023
DIRETOS			
941 Administração geral		10 497 901	10 866 454
942 Atividades sociais		11 638 929	16 329 999
943 Atividades económicas		1 797 741	1 887 908
944 Outras		1 597 167	1 833 801
	SUB-TOTAL	25 531 739	30 918 163
INDIRETOS			
9493 Proveitos Indiretos		61 716 189	57 204 133
9495 Proveitos não imputados (especialização)		917 405	1 825 387
9496 Proveitos / Compensação de gastos		1 481 078	1 602 748
9497 Proveitos não imputados		1 335 023	2 462 050
	Diferenças de imputação	0	0
	SUB-TOTAL	65 449 695	63 094 318
	TOTAL	90 981 433	94 012 481

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS ATIVIDADES POR NATUREZA 2023						
	DIRETOS	IMP & TAXAS	VENDAS	PREST. SERV. TRF. E SUBSID.	JUROS	OUT
941 Administração geral	8 350 752	0	2 036 824	208 000	0	220 878
942 Atividades sociais	38 734	9 844	4 635 540	11 441 502	0	204 380
943 Atividades económicas	1 145 361	6 800	523 883	160 657	0	51 208
944 Outras	0	0	12 125	1 821 677	0	0
	SUB-TOTAL	9 534 846	16 644	7 258 371	13 631 836	0
INDIRETOS						
9493 Proveitos Indiretos	44 725 112	0	2 536	9 845 137	949 073	1 682 276
9495 Proveitos não imputados (especialização)	705 660	0	-39	789 206	21 814	308 746
9496 Proveitos / Compensação de gastos	0	0	0	0	0	1 602 748
9497 Proveitos não imputados	0	0	3 928	0	0	2 458 123
	Diferenças de imputação	0	0	0	0	0
	SUB-TOTAL	45 430 771	0	6 424	10 634 343	970 887
	TOTAL	54 965 618	16 644	7 264 795	24 266 179	970 887
						6 528 358



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

MAPA DETALHADO DE RENDIMENTOS DAS ATIVIDADES POR NATUREZA (excluindo diferenças de imputação) MDRA							2023	
		IMP & TAXAS	VENDAS	PREST. SERV. TRF. E SUBSID.	JUROS	OUT	TOTAL	
94	Actividades e funções	9 534 846	16 644	7 258 371	13 631 836	0	476 466	30 918 163
941	Administração geral							
9411	Equipamento rural e urbano							
94111	Ordenamento do território	2 044 399	0	183 780	200 000	0	0	2 428 178
9412	Segurança e Ordem Pública							
94121	Policia Municipal	95 691	0	8 230	0	0	0	103 921
94122	Proteção civil	0	0	0	8 000	0	0	8 000
9413	Ambiente e Saneamento Básico							
94131	Expl/Menut/Repar Redes Púb Drenagem Águas Pluviais	0	0	0	0	0	0	0
94132	Abastecimento Água	0	0	0	0	0	0	0
94133	RSU	5 403 442	0	0	0	0	0	5 403 442
94134	Saneamento Básico	334	0	0	0	0	0	334
94135	Ambiente	159	0	0	0	0	0	159
9414	Industria e energia							
94141	Iluminação Pública	0	0	1 768 978	0	0	0	1 768 978
9419	Outras Funções da Administração Geral	806 728	0	125 836	0	0	220 878	1 153 442
942	Actividades sociais							
9421	Educação							
94211	Creche	0	0	260 934	0	0	0	260 934
94212	Ensino Pré-escolar	0	0	1 097 557	1 958 380	0	0	3 055 937
94213	Ensino 1º Ciclo	2 656	0	1 120 464	3 583 346	0	-11 240	4 695 226
94214	Ensino 2º Ciclo	0	0	0	1 323 876	0	0	1 323 876
94215	Ensino 3º Ciclo	0	0	0	2 092 664	0	0	2 092 664
94216	Ensino Secundário	0	0	0	1 706 000	0	0	1 706 000
9422	outras	0	0	0	0	0	0	0
9423	Saúde							
94231	Higiene Pública e sanidade Veterinária	8 516	0	0	0	0	0	8 516
94232	Serviços de Saúde	0	0	0	0	0	0	0
94238	Transferência de competências	0	0	0	347 654	0	0	347 654
9424	Acção Social							
94241	Apoio Social	0	0	0	30 923	0	0	30 923
94242	Apoio Institucional	0	0	0	0	0	0	0
94243	Habitação	1 360	0	181 210	0	0	0	182 570
94248	Transferência de competências	0	0	0	398 658	0	0	398 658
9425	Culturais Recreativas e Religiosas							
94251	Diretas	26 202	9 844	1 975 375	0	0	215 620	2 227 041
94252	Indiretas	0	0	0	0	0	0	0
943	Actividades económicas							
9431	Comércio e Turismo							
94311	Mercados e Feiras	103 902	0	0	0	0	0	103 902
94312	Promoção Turística	1 034 157	6 800	0	0	0	0	1 040 957
94313	Rendas e Concessões de Infraestruturas	3 886	0	449 150	0	0	51 208	504 244
9432	Industria e energia							
94321	Energia	0	0	0	160 657	0	0	160 657
94322	Industria	0	0	0	0	0	0	0
9433	Transportes e comunicações	0	0	30 812	0	0	0	30 812
9439	Outras funções económicas							
94391	Atividades Edifício Municipal de Serviços - Assemb.Munic.Loj	0	0	0	0	0	0	0
94392	Atividades Mafrá Business Factory	338	0	9 911	0	0	0	10 249
94393	Atividades Ericeira Business Factory	3 078	0	34 009	0	0	0	37 087
944	Outras							
9441	Candidaturas							
94411	Serviços Gerais de Administração Pública	0	0	0	-6 030	0	0	-6 030
94412	Segurança e ordem públicas	0	0	0	67 675	0	0	67 675
94413	Educação	0	0	0	0	0	0	0
94414	Saúde	0	0	0	0	0	0	0
94415	Segurança e acções sociais	0	0	0	587 797	0	0	587 797
94416	Habitação e serviços colectivos	0	0	0	982 039	0	0	982 039
94417	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	0	0	12 125	100 000	0	0	112 125



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

DETALHE DAS CONTAS AUXILIARES 2023							
		IMP & TAXAS	VENDAS	PREST. SERV. TRF. E SUBSID	JUROS	OUT	TOTAL
949	Outros						
9493	Proveitos indiretos	44 725 112	0	2 536	9 845 137	949 073	1 682 276
9495	Proveitos não imputados (especialização)	705 660	0	-39	789 206	21 814	308 746
9496	Proveitos /Compensação de gastos	0	0	0	0	1 602 748	1 602 748
9497	Proveitos não imputados	0	0	3 928	0	0	2 458 123
							TOTAL 63 094 318

✓

GIATUL E.M. S.A

A GIATUL, E.M.S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, a qual tem por objeto social o exercício de atividades de interesses público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo Mil Regos ou Ericeira Camping, infraestrutura que justificou a criação desta sociedade.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em março de 2005 o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda., mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em março de 2008 a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A., mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em agosto de 2010 a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A..

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

h
P
B
M
G
C
A



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

A empresa tem como objeto, o exercício das seguintes atividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa;
- d) Concessão, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização coletiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e respetivas infraestruturas, no Município de Mafra.

A título acessório, a empresa poderá exercer outras atividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente a prestação de serviços, bem como a exploração de outras atividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

A GIATUL, em 2023, apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Na adoção do novo referencial contabilístico há a referir que:

- a) A transição do normativo anterior (SNC e respetivas NCRF) para as NCP não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados; e
- b) As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra, doravante designados por SMAS de Mafra, são um organismo público de interesse local, que integram a estrutura organizacional do Município, dotados de autonomia administrativa, financeira e técnica e explorados sob forma empresarial, cuja gestão é entregue a um Conselho de Administração.

As atribuições dos SMAS de Mafra compreendem, nomeadamente:

- A captação, a adução, o tratamento e a distribuição de água potável ao domicílio;
- A receção, a drenagem e o tratamento de águas residuais;
- A construção, a ampliação, a conservação, a remodelação e a gestão dos sistemas públicos de distribuição.

Os Serviços Municipalizados de Água e de Saneamento de Mafra (SMAS de Mafra), iniciaram a gestão e exploração dos Sistemas de Água e Saneamento a 1 de setembro de 2019. Desde então, a atividade dos SMAS de Mafra tem prosseguido, assegurando o funcionamento normal dos serviços de abastecimento de água e de recolha e tratamento das águas residuais domésticas no município de Mafra.

O Conselho de Administração dos SMAS de Mafra, de acordo com as suas competências, apresentou o seu Relatório e Contas do ano 2023, elaborado de acordo com as disposições consagradas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que determinou que todas as entidades que integram as Administrações Públicas, ficam a ele sujeitas.

A norma de contabilidade de gestão NCP 27 estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer as necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente, nos SMAS de Mafra, na determinação de preços e tarifas de prestação de serviços que devem estar justificadas pelo seu gasto.

Assim, apresenta-se abaixo demonstração dos resultados por atividade individual dos SMAS de Mafra.



■ Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

Demonstração dos Resultados por Atividade

DR por natureza individual do período findo em 31 de dezembro de 2023

Rendimentos e Gastos	2023	AA (a)	AR (a)	AP
Impostos, contribuições e taxas	330 316,70	230 481,91	99 834,79	0,00
Vendas	7 638 738,83	7 638 738,83	0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	10 917 274,95	3 101 590,42	7 766 140,02	49 544,51
Transferências e subsídios correntes obtidos	54 657,99	24 001,32	30 656,67	0,00
Trabalhos para a própria entidade	149 042,37	139 494,15	9 548,22	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4 423 938,08	-4 399 729,03	-21 593,23	-2 615,82
Fornecimentos e serviços externos	-4 303 164,16	-1 179 005,42	-3 077 230,05	-46 928,69
Gastos com pessoal	-2 792 786,89	-1 465 722,97	-1 291 983,61	-35 080,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7 073,87	-3 607,67	-3 466,20	0,00
Outros rendimentos	72 285,64	18 974,72	18 230,61	35 080,31
Outros gastos	-377 752,67	-246 589,48	-131 163,20	0,00
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	7 257 600,81	3 858 626,78	3 398 974,04	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-4 415 515,93	-2 666 769,82	-1 748 746,11	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 842 084,88	1 191 856,95	1 650 227,93	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	27 961,11	14 260,17	13 700,94	0,00
Juros e gastos similares suportados	-795 103,08	-405 502,57	-389 600,51	0,00
Resultado antes de impostos	2 074 942,91	800 614,55	1 274 328,37	0,00
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	2 074 942,91	800 614,55	1 274 328,37	0,00

Notas:

AA = Atividade Abastecimento de Água

AR = Atividade Saneamento de Águas Residuais

AP = Atividade Águas Pluviais (Protocolo Município de Mafra)

(a) Após imputação dos Rendimentos e Gastos comuns em função do nº de clientes de cada atividade



■ Sumário Executivo

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os procedimentos de consolidação utilizados consistem na:

- a) agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- b) compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas; e
- c) eliminação na totalidade dos ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade).

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados, a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa e a Demonstração consolidada das alterações do património líquido, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração dos resultados.



■ Sumário Executivo

Relatório-Síntese das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2023

Balanço Consolidado 2023

O Balanço Consolidado agrupa, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do "Grupo" Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

- O Balanço Municipal Consolidado evidencia um Ativo Líquido total de 398,1 milhões de euros, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 326,8 milhões de euros (82,1% do total do balanço);
- O ativo corrente consolidado corresponde a 17,0% do ativo líquido, com destaque para as Outras contas a receber (8,4%) e os depósitos e caixa (7,8%);
- Os Fundos Próprios Municipais consolidados cifram-se em 280,5 milhões de euros, registando um aumento de 14,3 milhões de euros, fundamentalmente devido ao resultado do exercício e a ajustamentos efetuados em Resultados transitados e Outras variações no património líquido;
- O total do Passivo consolidado do Balanço Municipal soma 117,6 milhões de euros, representados por:
 - Empréstimos contraídos representam cerca de 74,2% do passivo consolidado, os quais se referem a empréstimos do Município e GIATUL;
 - cerca de 9,0% representam as provisões registadas pelo "Grupo" Municipal, no valor de 10,6 milhões de euros.



■ Sumário Executivo

Demonstração Consolidada dos Resultados 2023

Os Resultados Operacionais consolidados de 2023, no valor de 9,9 milhões de euros, registam uma diminuição de 8,4 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

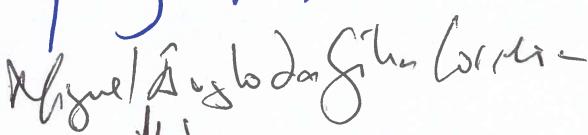
Os resultados financeiros consolidados de 2023, no valor de 2,0 milhões de euros negativos, apresentam uma melhoria face a 2022, no valor de 227 milhares de euros.

Os resultados líquidos consolidados registam uma diminuição de 8,0 milhões de euros, justificada pelo aumento generalizado dos gastos, designadamente com FSE, Pessoal e Transferência e Subsídios concedidos.

Mafra, 7 de junho de 2024

Órgão Executivo


Henrique Boavida

Mário Juselius

Miguel Augusto da Silva Correia


Órgão Deliberativo





■ Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	Notas	SNC-AP		
		31/12/2023	31/12/2022	
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	11	313 793 024,00	298 684 135,01	
Propriedades de investimento	14	9 270 233,89	6 826 256,41	
Ativos intangíveis	9	3 775 972,12	5 438 151,36	
Participações financeiras	20	497 940,74	352 836,75	
Outros ativos financeiros	20	1 404 949,61	1 405 284,40	
Outras contas a receber	24	1 672 444,24	1 577 876,81	
		330 414 564,60	314 284 540,74	
Ativo corrente				
Inventários	15	340 850,22	306 517,84	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	25	270 860,24	1 413 755,55	
Clientes, contribuintes e utentes	23	1 917 866,43	1 782 779,41	
Estado e outros entes públicos	22	550 442,24	718 767,90	
Outras contas a receber	24	33 589 085,05	31 687 138,96	
Diferimentos	20	48 259,80	39 155,52	
Caixa e depósitos bancários	1	30 941 255,15	37 090 805,07	
		67 658 619,13	73 038 920,25	
Total do activo		398 073 183,73	387 323 460,99	
Património Líquido				
Património/Capital	26	186 434 626,65	186 434 626,65	
Reservas legais	26	1 485 070,04	1 485 070,04	
Resultados transitados	26	24 122 494,33	6 476 350,90	
Ajustamentos em ativos financeiros	26	361 594,41	86 187,41	
Excedentes de revalorização	26	17 823 972,55	18 749 903,49	
Outras variações no património líquido	26	42 397 682,25	36 973 428,23	
Resultado líquido do período	26	7 840 127,28	15 885 918,98	
Total do Património Líquido		280 465 567,51	266 091 485,70	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	18	10 562 167,73	10 993 170,96	
Financiamentos obtidos	13	81 967 737,49	86 443 861,67	
Fornecedores de investimentos	27	2 006 250,00	3 039 653,88	
Diferimentos	20	1 099 634,64	1 190 268,00	
Fornecedores	27	0,00	128 555,00	
Outras contas a pagar	28	5 056 241,46	3 812 941,44	
		100 692 031,32	105 608 450,95	
Passivo corrente				
Fornecedores	27	2 599 700,10	1 883 640,52	
Credores por transferências e subsídios concedidos	29	2 492,29	1 264,83	
Estado e outros entes públicos	22	438 525,18	392 840,31	
Fornecedores de investimentos	27	462 500,00	2 123 403,88	
Financiamentos obtidos	13	5 348 949,82	4 622 363,08	
Outras contas a pagar	28	5 541 890,14	4 884 069,91	
Diferimentos	20	2 521 527,37	1 715 941,81	
		16 915 584,90	15 623 524,34	
Total do Passivo		117 607 616,22	121 231 975,29	
Total do Património Líquido e do Passivo		398 073 183,73	387 323 460,99	

Órgão Executivo

Relatório e Contas Consolidadas 2023

Órgão Deliberativo



■ Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos e taxas	17	55 295 934,39	55 198 624,26
Vendas	16	7 656 763,88	6 985 280,38
Prestação de serviços e concessões	16	17 348 927,94	15 516 415,06
Transferências e subsídios correntes obtidos	17	24 079 590,20	19 946 777,60
Rendimentos/gastos imputados de ent. controladas, assoc., e empr. conj.	20/31/32	3 068,55	1 949 392,65
Trabalhos para a própria entidade	37	4 571 742,16	4 614 342,35
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumid	36	-5 102 743,81	-4 961 681,83
Fornecimentos e serviços externos	30	-34 450 786,96	-28 825 561,86
Gastos com o pessoal	21	-29 709 730,80	-25 985 913,20
Transferências e subsídios concedidos	20	-9 253 747,22	-7 641 539,69
Prestações sociais	20	-280 529,39	-230 141,73
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		33 880,60	-464 967,97
Provisões (aumentos/reduções)	18	431 003,23	541 349,58
Outros rendimentos	31	3 961 161,22	6 047 214,21
Outros gastos	32	-2 994 446,50	-1 693 143,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31 590 087,49	40 996 446,79
Gastos/rever. de depreciação e de amortização	33	-21 716 061,26	-22 763 832,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 874 026,23	18 232 614,17
Juros e rendimentos similares obtidos	34	255 955,58	-927,12
Juros e gastos similares suportados	35	-2 281 004,63	-2 250 753,72
Resultado antes de impostos		7 848 977,18	15 980 933,33
Imposto sobre o rendimento do período		-8 849,90	-95 014,35
Resultado líquido do período		7 840 127,28	15 885 918,98

Órgão Executivo

•
• Henrique Bonfá
•
• Marcio Janschitz
•
• Edson Lacerda
•
• Jeferson

Órgão Deliberativo



■ Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		31 562 985,03	19 148 685,68
Recebimentos de contribuintes		54 203 341,74	54 261 278,70
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		23 314 043,54	20 110 264,12
Recebimentos de utentes		2 289 069,06	1 683 626,93
Pagamentos a fornecedores		(40 425 273,16)	(26 122 285,43)
Pagamentos ao pessoal		(29 886 351,13)	(26 140 419,92)
Pagamentos a contribuintes		(868 098,52)	(870 951,08)
Pagamentos de transferências e subsídios correntes		(10 014 849,60)	(8 002 864,61)
Pagamentos de prestações sociais		(279 729,39)	(230 141,73)
Caixa gerada pelas operações		29 895 137,57	33 837 192,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(80 896,22)
Outros recebimentos/pagamentos		(1 418 132,56)	198 165,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais		28 477 005,01	33 954 461,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(32 137 797,86)	(17 408 258,89)
Ativos intangíveis		(596 750,52)	(619 348,80)
Investimentos financeiros		(313 525,65)	(107 227,03)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		2 358 096,83	2 350 393,08
Investimentos financeiros		-	266,28
Outros ativos		15 212,39	3 407 500,00
Subsídios ao investimento		3 574 566,02	2 578 918,78
Transferências de capital		996 089,98	625 574,81
Juros e rendimentos similares		190 105,93	4 622,99
Dividendos		16 073,61	32 826,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(25 897 929,27)	(9 134 731,96)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		313 335,11	-
Outras operações de financiamento		900 180,93	655 056,66
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5 733 373,18)	(5 534 409,48)
Juros e gastos e similares		(2 907 521,96)	(2 286 410,94)
Dividendos		-	140 000,00
Outras operações de financiamento		(941 807,76)	(470 903,88)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(8 369 186,86)	(7 496 667,64)
Variação de caixa e seus equivalentes		(5 790 111,12)	17 323 062,02
Caixa e seus equivalentes no início do período		36 731 366,27	19 767 743,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	30 941 255,15	37 090 805,07
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	2	44 251,06	46 004,34
Depósitos bancários	2	30 897 004,09	37 044 800,73
		30 941 255,15	37 090 805,07

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

Relatório de Contas Consolidadas 2023
 da Administração Municipal de Belo Horizonte

21



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

- Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado

Descrição	Notas	Património Realizado	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
A 1 de Janeiro de 2022		1 485 070,04		15 024 515,21	118 470,53	20 168 833,86	39 232 933,13	6 089 863,20	268 554 312,62	113 805,07	268 668 117,69
Alterações no período		-	-	(8 548 164,31)	(32 283,12)	(1 418 920,37)	(2 259 504,90)	(6 089 863,20)	(18 348 245,90)	(113 805,07)	(18 462 550,97)
Resultado líquido do período		-	-	(8 548 164,31)	(32 283,12)	(1 418 920,37)	-	15 885 918,98	15 885 918,98	15 885 918,98	(18 462 550,97)
Resultado Integral		-	-	(8 548 164,31)	(32 283,12)	(1 418 920,37)	(2 259 504,90)	9 796 055,78	(2 442 826,92)	(113 805,07)	(2 576 631,99)
A 31 de dezembro de 2022		186 434 626,65	1 485 070,04	86 187,41	18 749 903,49	36 973 428,23	15 885 918,98	266 091 485,70	-	266 091 485,70	-
A 1 de Janeiro de 2023		186 434 626,65	1 485 070,04	6 476 350,90	86 187,41	18 749 903,49	36 973 428,23	15 885 918,98	266 091 485,70	-	266 091 485,70
Alterações no período		-	-	17 646 143,43	275 407,00	(925 930,94)	5 424 254,02	(15 885 918,98)	6 533 954,53	-	6 533 954,53
Resultado líquido do período		-	-	17 646 143,43	275 407,00	(925 930,94)	5 424 254,02	(15 885 918,98)	6 533 954,53	-	6 533 954,53
Resultado Integral		-	-	17 646 143,43	275 407,00	(925 930,94)	5 424 254,02	(8 045 791,70)	7 840 127,28	-	7 840 127,28
A 31 de dezembro de 2023		186 434 626,65	1 485 070,04	24 122 494,33	361 594,41	17 823 972,55	42 397 682,25	7 840 127,28	280 445 567,51	-	280 445 567,51

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras consolidadas em análise.

As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a garantir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa do Município de Mafra.

Não existiu, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que tivessem implicações diretas na derrogação de qualquer disposição prevista no SNC - AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que colocasse em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As contas de balanço e de demonstração de resultados utilizadas são comparáveis com os aplicados no ano anterior.

c) Saldo de caixa e seus equivalentes não disponível para uso.

Não aplicável.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A rubrica “caixa e seus equivalentes” inclui numerário e depósitos bancários à ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023	2022
Caixa	44 251,06	46 004,34
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	30 894 504,09	37 042 300,73
Depósitos a prazo		
Depósito a prazo	2 500,00	2 500,00
Depósitos Bancários	30 897 004,09	37 044 800,73
Total de caixa e depósitos	30 941 255,15	37 090 805,07

2. Entidades incluídas na consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do capital detido	Incl.
				31/12/2023	
Município de Mafra	Praça do Município 2644-001 Mafra	Prossecução dos interesses próprios da população do concelho de Mafra.			a) c)
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	Parque de Campismo de Mil Regos – Estrada Nacional 247, km 49,4 2655-319 Ericeira	Exercício de atividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo de Mil Regos ou Ericeira Camping, conceção, construção e manutenção de infraestruturas urbanas, bem como a instalação e manutenção de espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva.	CMM	100,00%	b) c)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra	Rua Constância Maria Rodrigues, 19 2640-013 Mafra	Organismo da Administração Pública que visa garantir o abastecimento de água e a prestação de saneamento básico às populações residentes no concelho de Mafra, cumprindo elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade.	CMM	100,00%	b) c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

b) Entidade controlada pela Câmara Municipal de Mafra.

c) Daqui em diante, CMM, GIATUL e SMAS.

3. Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

4. Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31/12/2023	
Coop. Tapada Nacional de Mafra, CIFRL	Portão do Codeçal 2640-602 Mafra	Investigação e preservação da fauna e da flora, educação ambiental, atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural.	CMM	21,97%	a)
AMTRES - Assoc. dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ Tratamento de Resíduos Sólidos	Estrada 5 de junho, nº 1 Trajouce 2785-155 S. Domingos de Rana	A AMTRES tem como objeto a gestão integrada dos R.S.U. produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização dos produtos resultantes daquele tratamento, podendo estas serem realizadas pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.	CMM	25%	b)

- a) A participação financeira detida pelo Município na "Tapada Nacional de Mafra" apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas o valor de 497.941 euros. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial.
- b) A participação financeira detida pelo Município na "AMTRES" apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas o valor nulo, uma vez que apresenta a 31 de dezembro de 2023 capital próprio negativo.

5. Entidades associadas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Não aplicável.

6. Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

7. Outras participações - Entidades não consolidadas e não incluídas nas notas 2 a 6

- a) FAM - Fundo de Apoio Municipal;
b) MUNICÍPIA - Empresa da Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.;
c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL;
d) A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
e) Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação Para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras;
f) APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica.

Todas estas participações financeiras encontram-se mensuradas ao custo.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

8. Número médio de trabalhadores ao serviço

O número médio de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 1.436 em 31 de dezembro 2023, decomposto da seguinte forma:

Firma	Número de funcionários
Município de Mafra	1 242
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	86
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra	108
Total	1 436

9. Ativos intangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Perante a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CC2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em todos os bens registados no património consolidado do Município de Mafra.

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	3 428 829,45	(1 941 633,57)	1 487 195,88	4 099 470,42	(2 911 516,56)	1 187 953,86
Propriedade industrial e intelectual	5 845,42	(1 345,42)	4 500,00	5 845,42	(1 345,42)	4 500,00
Outros	9 178 704,00	(5 380 070,47)	3 798 633,53	9 178 704,00	(6 652 797,74)	2 525 906,26
Ativos intangíveis em curso	147 821,95	-	147 821,95	57 612,00	-	57 612,00
Total de Ativos Intangíveis	12 761 200,82	(7 323 049,46)	5 438 151,36	13 341 631,84	(9 565 659,72)	3 775 972,12

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2023 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				
		Adições	Transferências internas à entidade	Amortizações do período	Diminuições	Quantia escriturada final
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	1 487 195,88	519 280,72	121 611,09	(922 911,59)	(17 222,24)	1 187 953,86
Propriedade industrial e intelectual	4 500,00	-	-	-	-	4 500,00
Outros	3 798 633,53	-	-	(1 272 727,27)	-	2 525 906,26
Ativos intangíveis em curso	147 821,95	121 652,58	(39 834,18)	-	(172 028,35)	57 612,00
Total de Ativos Intangíveis	5 438 151,36	640 933,30	81 776,91	(2 195 638,86)	(189 250,59)	3 775 972,12



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

10. Acordos de concessão de serviços: concedentes

Conforme referido na prestação de contas do ano transato, o Município procedeu ao reconhecimento do acordo de concessão de serviços com a E-Redes, S.A., nos ativos Municipais, pelo valor líquido de 10.981.409,17 euros, de acordo com os dados fornecidos pela entidade. Em cumprimento da Base XXXVII do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro, foi reconhecida a indemnização por resgate de concessão, no valor de 9.602.100,00 euros.

Em junho de 2023, a E-Redes disponibilizou informação, de forma mais detalhada, por grupos homogéneos, relativa às contas auditadas do ano de 2022, tendo o Município procedido ao seu reconhecimento.

Em março de 2024, o Município solicitou informação atualizada reportada a 31/12/2023, tendo sido disponibilizada informação provisória, não auditada e de forma agregada, com a justificação de que a E-Redes só terá condições de disponibilizar os dados detalhados após conclusão do processo de certificação das contas reguladas. De realçar que, à data de 31 de maio, continuamos a aguardar pela informação detalhada final.

Face ao referido, foram efetuados registo contabilísticos inerentes ao ajuste do reconhecimento provisório, atualizando-se o valor do ativo líquido para 11.561.387,43 euros e o valor do resgate ou de indemnização para 10.351.012,00 euros (verba registada no passivo não corrente, em financiamentos obtidos).

No âmbito do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no concelho de Mafra entre o Município e a E-Redes, S.A., foi recebido o montante de 1.768.977,60 euros referente à renda de concessão.

11. Ativos fixos tangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Após a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CC2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em todos os bens registados no património do Município de Mafra.

Conforme referido na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras individuais dos SMAS, a definição de vida útil dos bens referentes às infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água e de esgotos, tomou em consideração a análise da legislação, de orientações e de estudos técnicos existentes sobre o setor, nomeadamente:



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

- Os normativos legais para a depreciação de ativos do setor público (POCAL/CIBE e SNC-AP e Classificador Complementar 2) e do setor privado (SNC e DR 25/2009).
- Os estudos técnicos realizados por entidades que regulam o setor das redes de águas (ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, USEPA – United States Environmental Protection Agency).
- Os estudos técnicos realizados por entidades públicas de engenharia (LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IST – Instituto Superior Técnico).

Através da análise comparativa das vidas úteis apresentadas no quadro seguinte, verifica-se que as vidas úteis apresentadas pelo Estudo da ERSAR são as mais adequadas à realidade destes ativos e são semelhantes às vidas úteis apresentadas nos restantes estudos técnicos existentes.

A norma de Contabilidade Pública 5 do SNC-AP estabelece que na determinação da vida útil dos ativos devem ser considerados fatores de utilização esperada do ativo, desgaste físico esperado e obsolescência técnica e comercial.

Desta forma, é de especial relevância o conhecimento específico do setor das águas apresentado pelos estudos técnicos.

Neste sentido, foi entendido que as vidas úteis indicadas no estudo ERSAR dão a imagem mais apropriada da vida útil das infraestruturas e equipamentos de abastecimento e saneamento dos SMAS de Mafra, e estão em consonância com o normativo legal estabelecido na NCP-5 do SNC-AP.

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Início do período		Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	8 282 721,12	-	8 282 721,12	8 394 179,70	-	8 394 179,70
Edifícios e outras construções	24 904 188,94	(13 164 259,05)	11 739 929,89	24 352 026,93	(14 236 163,18)	10 115 863,75
Infraestruturas	266 472 497,02	(177 440 108,94)	89 032 388,08	273 690 118,26	(187 229 414,61)	86 460 703,65
Património histórico, artístico e cultural	189 992,55	-	189 992,55	402 589,00	-	402 589,00
Outros bens de domínio público em curso	79 482,60	-	79 482,60	1 555 816,97	-	1 555 816,97
Sub-total	299 928 882,23	(190 604 367,99)	109 324 514,24	308 394 730,86	(201 465 577,79)	106 929 153,07
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	34 614 595,09	(23 633 185,92)	10 981 409,17	33 810 153,54	(22 248 766,11)	11 561 387,43
Sub-total	34 614 595,09	(23 633 185,92)	10 981 409,17	33 810 153,54	(22 248 766,11)	11 561 387,43
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	38 914 813,84	-	38 914 813,84	46 378 814,19	-	46 378 814,19
Edifícios e outras construções	191 260 730,34	(65 676 193,30)	125 584 537,04	197 957 344,68	(69 530 406,77)	128 426 937,91
Equipamento básico	21 363 267,17	(15 246 163,76)	6 117 103,41	23 597 482,19	(17 130 489,63)	6 466 992,56
Equipamento de transporte	2 319 298,21	(1 251 034,55)	1 068 263,66	3 451 832,75	(1 948 174,06)	1 503 658,69
Equipamento administrativo	1 855 306,03	(1 118 085,88)	737 220,15	2 047 150,00	(1 461 684,28)	585 465,72
Outros activos fixos tangíveis	8 563 826,03	(5 252 857,24)	3 310 968,79	9 098 132,84	(6 221 420,60)	2 876 712,24
Ativos fixos tangíveis em curso	2 645 304,71	-	2 645 304,71	9 063 902,19	-	9 063 902,19
Sub-total	266 922 546,33	(88 544 334,73)	178 378 211,60	291 594 658,84	(96 292 175,34)	195 302 483,50
Total de Ativos Fixos Tangíveis	601 466 023,65	(302 781 888,64)	298 684 135,01	633 799 543,24	(320 006 519,24)	313 793 024,00



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2023 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial		Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	8 282 721,12	78 320,17	42 978,41	-	(9 840,00)	8 394 179,70
Edifícios e outras construções	11 739 929,89	206 089,73	(758 251,74)	(1 071 904,13)	10 115 863,75	
Infraestruturas	89 032 388,08	3 156 781,99	1 731 199,27	(7 458 818,80)	(846,89)	86 460 703,65
Património histórico, artístico e cultural	189 992,55	155 857,75	56 738,70			402 589,00
Outros bens de domínio público em curso	79 482,60	4 319 022,98	(2 842 688,61)			1 555 816,97
Sub-total	109 324 514,24	7 916 072,62	(1 770 023,97)	(8 530 722,93)	(10 686,89)	106 929 153,07
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	10 981 409,17		2 345 482,52	(946 067,06)	(819 437,20)	11 561 387,43
Sub-total	10 981 409,17		2 345 482,52	(946 067,06)	(819 437,20)	11 561 387,43
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	38 914 813,84	7 435 499,53	991 061,82		(962 561,00)	46 378 814,19
Edifícios e outras construções	125 584 537,04	5 242 697,43	1 845 784,21	(4 003 924,00)	(242 156,77)	128 426 937,91
Equipamento básico	6 117 103,41	2 139 596,79	528 501,23	(2 218 167,16)	(100 041,71)	6 466 992,56
Equipamento de transporte	1 068 263,66	834 955,24	1 776,59	(336 589,67)	(64 747,13)	1 503 658,69
Equipamento administrativo	737 220,15	159 961,67	39 933,72	(327 956,05)	(23 693,77)	585 465,72
Outros activos fixos tangíveis	3 310 968,79	667 954,55	(83 463,92)	(1 003 046,84)	(15 700,34)	2 876 712,24
Ativos fixos tangíveis em curso	2 645 304,71	10 252 591,33	(3 833 993,85)			9 063 902,19
Sub-total	178 378 211,60	26 733 256,54	(510 400,20)	(7 889 683,72)	(1 408 900,72)	195 302 483,50
Total de Ativos Fixos Tangíveis	298 684 135,01	34 649 329,16	65 058,35	(17 366 473,71)	(2 239 024,81)	313 793 024,00

No âmbito da Transferência de Competências no domínio da Saúde foi assinado, em 1 de junho de 2023, o Auto de Transferência n.º ARSLVT/027/2023 entre o Ministério da Saúde a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Mafra. Na sequência da receção dos ativos, procedeu-se ao reconhecimento dos Ativos (Edifício e Terreno afeto ao Centro de Saúde da Ericeira, Viaturas e Equipamentos), no montante de 1.579.654,09 euros, e respetivas depreciações, no montante de 94.660,75 euros, totalizando o Ativo Líquido 1.484.993,34 euros.

Em 22 de setembro de 2023, a Assembleia Municipal, sob proposta da Camara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o Acordo de Revogação do Contrato de Comodato celebrado entre o Município e o Instituto Luso-Ilírico para o Desenvolvimento Humano, mediante o pagamento do valor de 1.968.000,00 euros (valor com IVA), contra a entrega do Palácio dos Marqueses de Ponte do Lima e propriedade envolvente, bem como os respetivos equipamentos. Resultante da referida deliberação, foram reconhecidos os Ativos (Edifício e Equipamentos), no montante de 1.719.805,44 euros, e respetivas depreciações, no montante 151.906,90 euros, totalizando o Ativo Líquido de 1.567.898,54 euros.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

12. Locações

• Locações Operacionais

A 31 de dezembro de 2023, o Grupo Município de Mafra detinha os seguintes contratos de locação operacional:

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados		Futuros pagamentos mínimos		
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos			
Equipamento Informática	541 997,51	217 171,51	362 182,03	125 710,63	54 104,73	179 815,36
Mobiliário Urbano de Publicidade	236 160,00	19 680,00	236 160,00	-	-	-
Tendas	96 384,65	49 930,62	91 805,97	4 578,68	-	4 578,68
GPS	45 264,49	10 476,66	23 174,71	13 576,21	8 513,57	22 089,78
Stands	29 913,60	29 913,60	29 913,60	-	-	-
Instalações Sanitárias	1 269,60	1 269,60	1 269,60	-	-	-
Equipamento audiovisual	645,75	645,75	645,75	-	-	-
Palcos	46 432,50	46 432,50	46 432,50	-	-	-
Depósitos de valores	15 498,00	5 166,00	10 332,00	5 166,00	5 166,00	5 166,00
Outros	229 280,61	149 718,06	149 718,06	58 652,55	20 910,00	79 562,55
Vaturas (Município Mafra)	560 788,45	125 251,63	392 040,87	119 455,45	49 292,13	168 747,58
Vaturas (SMAS)	459 467,98	62 795,18	210 879,06	73 453,20	174 637,08	248 090,28
Total	2 263 103,14	718 451,11	1 554 554,15	400 592,72	307 457,51	708 050,23



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

13. Financiamentos obtidos

O detalhe da rubrica "Financiamentos obtidos" durante o período de 2023 e 2022 é o seguinte:

Rubricas	Euros		Euros	
	2023 Corrente	2023 Não corrente	2022 Corrente	2022 Não corrente
Não Isentos				
Caixa Geral de Depósitos	3 928 737,19	50 685 412,06	3 539 943,84	54 613 558,22
Banco Português de Investimentos	862 788,90	18 594 744,63	923 816,38	19 433 898,08
Novo Banco	12 279,48	-	49 117,64	12 279,48
Banco Santander Totta	303 050,96	2 040 665,13	54 590,62	2 578 963,02
Millenium BCP	84 419,85	236 238,59	-	103 078,97
Outros	117 163,49	10 351 012,00	-	9 602 100,00
Isentos				
Caixa Geral de Depósitos	40 509,95	59 665,08	54 894,60	99 983,90
Total de Financiamentos obtidos	5 348 949,82	81 967 737,49	4 622 363,08	86 443 861,67

Dos empréstimos em dívida no final do ano, 81.967.737,49 euros têm vencimento superior a 1 ano e 5.348.949,82 euros vencem-se em 2024.

O mapa dos empréstimos reflete a assunção pelo Município no montante de 58.016.330,90 euros, resultante da internalização da atividade da empresa Mafreduca, S.A. a 31 de dezembro de 2023, encontra-se por amortizar o montante de 54.525.760,94 euros.

14. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Os movimentos da rubrica "Propriedades de investimento" durante o período de 2023, estão detalhados da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)			Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Terrenos e recursos naturais	229 095,77	1 510 856,43	-	1 739 952,20	96 144,38			
Edifícios e outras construções	5 318 730,06	2 314 251,11	(456 855,49)	7 468 858,72	331 181,39	614 640,94		
Propriedades de investimento em curso	1 278 430,58	61 422,97	(1 278 430,58)	61 422,97				
Total	6 826 256,41	354 156,01	2 546 676,96	(456 855,49)	9 270 233,89	331 181,39	710 785,32	-



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O detalhe de adições de propriedades de investimento no período de 2023 é o seguinte:

RUBRICAS	Adições (modelo do custo)	
	Compras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	292 733,04	292 733,04
Propriedades de investimento em curso	61 422,97	61 422,97
Total	354 156,01	354 156,01

Não foram efetuadas diminuições nas propriedades de investimento, no período de 2023.

15. Inventários

A rubrica "Inventários" durante o período de 2023 e 2022, apresenta os seguintes movimentos:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Matérias-Primas	194 429,47	194 255,82
Outros	146 420,75	112 262,02
Total de Inventários	340 850,22	306 517,84

16. Rendimento de transações com contraprestação

Durante o período de 2023, o Grupo Município de Mafra registou rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

a) Prestação de serviços: é reconhecido como rendimento, quando pode ser estimado com fiabilidade e com referência à fase de acabamento da transação. As transações são estimadas com fiabilidade quando satisfazem as seguintes condições: a quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade; fluam benefícios económicos ou potencial de serviços associados à transação; quando a fase de acabamento, à data de relato, possa ser mensurada com fiabilidade; e, os custos suportados com a transação possam também ser mensurados com fiabilidade.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

b) Venda de bens: o rendimento proveniente deste, deve ser reconhecido quando estiverem satisfeitas as seguintes condições: os riscos e vantagens da propriedade e controlo de bens esteja transferida para o comprador; o Grupo Município de Mafra não esteja envolvida na gestão, nem possua um controlo efetivo sobre a propriedade e bens vendidos; a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade; surjam benefícios económicos ou potenciais associados à transação fluam para o Grupo Município de Mafra; e, os gastos suportados ou a suportar relativos à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Rubricas	Euros	
	2023	2022
Prestações de serviços	7 656 763,88	15 516 415,06
Vendas	17 348 927,94	6 985 280,38
Total de Rendimentos de Transações com contraprestação	25 005 691,82	22 501 695,44

17. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação resultam de recebimentos de outras entidades sem dar em troca um valor aproximadamente igual, ou a entrega de valor por parte de outra entidade sem receber valor em troca.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

• Transferências e subsídios correntes obtidos

No período findo de 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo Município de Mafra apresenta na rubrica de "Transferências e subsídios correntes obtidos" a seguinte decomposição:

Rubricas	Euros	
	2023	2022
Transferências - Estado		
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	675 297,00	1 093 559,00
Fundo Social Municipal (FSM)	2 312 795,00	2 143 153,00
Participação no IRS	7 353 775,00	6 534 615,00
Transferências de competências - Lei nº 50/2018	11 364 534,87	3 687 550,10
Participação do IVA	495 902,85	334 239,74
Atividades de Enriquecimento Curricular	-	335 853,28
Programa Generalização Refeições Escolares 1.º Ciclo	-	549 011,32
Refeições do Pré Escolar	-	247 228,02
Prolongamento Horário Pré Escolar	-	179 436,02
Transportes escolares	-	56 740,74
Pessoal Não Docente (Transferência de Competências)	-	2 531 237,57
Outras	608 949,84	248 773,06
Transferências - Serviços e Fundos Autónomos		
Outras	293 218,39	48 211,29
Transferências - Administração Local		
Associações de Municípios	180 835,06	246 779,18
Transferências - Resto do Mundo		
FEDER	184 838,38	44 212,15
Fundo Coesão	-	25 755,44
Fundo Social Europeu	207 596,44	229 228,56
Outras	170 533,69	1 157 734,82
Transferências - Sociedades e quase sociedades não financeiras		
Sociedades e quase sociedades não financeiras	221 313,68	242 604,57
Subsídios - Outros Sectores Institucionais		
Outros	-	854,74
Subsídios correntes - Subsídio ao produto		
Outras entidades	10 000,00	10 000,00
Total de Rendimentos de Transações sem contraprestação	24 079 590,20	19 946 777,60

• Impostos e taxas

Nos exercícios de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes rendimentos na rubrica "Impostos e taxas":

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Impostos diretos	45 317 621,02	45 576 968,19
Taxas, multas e outras penalidades	9 978 313,37	9 621 656,07
Total de Impostos e taxas	55 295 934,39	55 198 624,26



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

18. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O Grupo Município de Mafra, a 31 de dezembro de 2023, apresenta o seguinte registo de provisões:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Diminuições			Quantia escriturada final
		Utilizações	Reversões	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	7 975 928,79	(61 200,00)		(61 200,00)	7 914 728,79
Outras provisões ORE	3 017 242,17		(369 803,23)	(369 803,23)	2 647 438,94
Total das provisões	10 993 170,96	(61 200,00)	(369 803,23)	(431 003,23)	10 562 167,73

*h
A
S
M
B
L
S
h*



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O montante de 7.914.728,79 euros está relacionado com provisões criadas para processos judiciais pendentes presentes, conforme quadro infra:

Processos Judiciais pendentes	
Processo	Designação
Processo n.º 401/07.3BELRS	Pedido de declaração de nulidade de atos de licenciamento de obras, a demolição de construções e o pagamento de indemnização
Processo n.º 1580/10.8BESNT	Pedido de indemnização por perdas e danos patrimoniais e não patrimoniais
Processo n.º 2382/11.0BELSB	Pedido de declaração de nulidade da deliberação da Assembleia Municipal de 28.04.2011 - resarcimento do dano produzido pela omissão de notificação da declaração de utilidade pública
Processo n.º 314/12.7T2MFR	Expropriação do prédio do banco BPI sito em Ribeira D'Ilhas - indemnização aos locatários financeiros
Processo n.º 48/13.5BELSB	Ação administrativa especial intentada no Tac Lx, para prática do acto de licenciamento com vista à emissão do alvará referente ao processo op-163/2000 e pagamento de indemnização (valor não determinado)
Processo n.º 244/13.5BELSB	Ação administrativa comum - forma ordinária intentada no Tac Lx, com vista à indemnização pelos danos causados
Processo n.º 3122/12.1BELSB	Ação administrativa principal intentada no Tac Lx, para indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais
Processo n.º 15462013060000037836	Processo de contra-ordenação referente à entrega de declarações de substituição do iva - violação do n.º 6 do artigo 78.º do CIVA, punível com coima, conforme previsto no artigo 114.º do RGIT - suspenso (aguarda trânsito em julgado da sentença referente à impugnação judicial)
Processo n.º 25/17.7BESNT	Ação administrativa intentada no Tac Lx pelo direito de regresso
Processo n.º 2128/18.1BELSB	Ação administrativa intentada no taclx para para indemnização de danos patrimoniais e não patrimoniais devidos pela utilização abusiva de imagem do autor nos cartazes referente ao Ciclo de Música Jazz de Mafra nos anos de 2016 e 2017
Processo n.º 926/19.8BELSB	Ação administrativa intentada no Tac Lx para reintegração no posto de trabalho e indemnização devida pelo despedimento
Processo n.º 2026/19.1BELSB	Ação administrativa intentada no Tac Lx para reintegração de parcela de terreno ou, em alternativa, a indemnização dos autores pela apropriação indevida da mesma
Processo n.º 566/22.4ECLSB	Processo de contraordenação instaurado pela ASAE-Autoridade de Segurança Alimentar e Económica sobre irregularidades verificadas no parque infantil do Jardim do Cerco
Processo n.º 9.2.2/2022/2	Processo de contraordenação instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) - violação da al. a) do n.º 1 do artigo 5.º, punida pela al.a) do n.º 5 do artigo 83.º do RGPD
Processo n.º 9.2.2/2022/3	Processo de contraordenação instaurado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, por falta de regulamentação dos diversos terminais rodoviários (interfaces) existentes no concelho (Mafra, Venda do Pinheiro, Ericeira e Malveira)
Processo n.º 26/24.9BELSB	Ação administrativa intentada no TAC LX para executar a construção de um muro na estrema do terreno dos requerentes Estrada Praia dos Coxos
Processo n.º 647/24.0BELSB	Ação administrativa intentada no TAC LX de suspensão de eficácia das deliberações da CMM na concessão do direito de exploração de apoios de Praia Foz do Lizandro e requerer pagamentos de sanção pecuniária compulsória



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expropriações de parcelas para construção da A21 Mafratântico/CMM/EP-Estradas de Portugal		
Nº da parcela	Valor Arbitragem	Relatório pericial / Sentença
10	608 101,68	1 316 322,00
20.1/20.2	9 336,10	0,00
24	18 225,00	0,00
43	11 637,50	0,00
120	3 685,00	0,00
LI11.1/LI11.2/LI11.3/LI11.4	1 628 785,58	2 165 438,66
LS05	65 660,00	97 600,29

A quantia escriturada final em 2023 relacionada com os processos acima referidos tem por base a melhor estimativa de perda à data de relato.

Em relação à participada AMTRES, a entidade apresentou, a 31/12/2023, capitais próprios negativos no montante de 10.589.485,56 euros, tendo sido efetuado o ajustamento no montante de 369.803,23 euros na provisão constituída anteriormente, correspondente aos 25% da participação detida pelo Município de Mafra.

19. Acontecimentos após a data de relato

Não existem quaisquer acontecimentos com impactos materiais entre a data do Balanço e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

20. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Os movimentos da rubrica "Ativos financeiros" durante o período de 2023 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
		Outros	Outros	
Participações financeiras - justo valor				
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra	352 836,75	145 103,99	-	497 940,74
AMTRES - Assoc. dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ Tratamento de Resíduos Sólidos	-	-	-	-
Participações financeiras - custo				
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 322 469,00	-	-	1 322 469,00
MUNICÍPIA - Empresa da Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	74 850,00	-	-	74 850,00
Caixa de Crédito Agrícola Mutual de Mafra, CRL	498,80	-	-	498,80
A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia	3 115,84	-	-	3 115,84
Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação Para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras	2 809,46	-	-	2 809,46
APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	1 206,51	-	-	1 206,51
Outros ativos financeiros	334,79	(334,79)	-	-
Total de Ativos Financeiros	1 758 121,15	145 103,99	(334,79)	1 902 890,35



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O ajustamento realizado pelo método de equivalência patrimonial respeita à Tapada de Mafra, com 3.068,56 euros relativos a ganhos e 142.035,43 euros referente a ajustes de capital na participação na Tapada Nacional de Mafra.

Em relação à participada AMTRES, a entidade apresentou a 31/12/2023, capitais próprios negativos no montante de 10.589.485,56 euros, tendo sido efetuado o ajustamento de reversão no montante de 369.803,23 euros na provisão constituída anteriormente, correspondente aos 25% da participação detida pelo Município de Mafra, devido à melhoria dos seu Capital próprio em 2023, pelo seu resultado do exercício apresentado.

• Diferimentos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Diferimentos" decompõem-se como se segue:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Outros gastos a reconhecer	48 259,80	39 155,52
Total de diferimentos - Ativo	48 259,80	39 155,52

Rubricas	Euros		2022 Corrente	2022 Não Corrente
	2023 Corrente	2023 Não Corrente		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	-	-	10 000,00	-
Acordos de Concessão de serviços	2 220 305,94	-	1 379 309,17	-
Outros rendimentos a reconhecer	301 221,43	1 099 634,64	326 632,64	1 190 268,00
Total de diferimentos - Passivo	2 521 527,37	1 099 634,64	1 715 941,81	1 190 268,00

• Transferências e subsídios concedidos

O detalhe da rubrica "Transferências e subsídios concedidos" a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Transferências Correntes Concedidas	7 611 077,12	7 081 973,11
Subsídios Correntes Concedidos	373 487,38	-
Prestações Sociais	280 529,39	230 141,73
Transferências de Capital Concedidas	1 269 182,72	559 566,58
Total de Transferências e subsídios concedidos	9 534 276,61	7 871 681,42



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

21. Benefícios dos empregados

Os “Gastos com pessoal” no período findo de 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram os seguintes:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	381 874,70	370 409,53
Remunerações do pessoal	22 804 510,82	19 761 134,39
Benefícios pós-emprego - Pensões	40 778,44	3 920,28
Indemnizações	6 803,20	-
Encargos sobre Remunerações	5 470 556,36	4 777 651,81
Seguros de Acid. no Trab. e Doenças Profissionais	127 367,59	101 120,49
Outros gastos com o pessoal	609 675,14	592 444,21
Outros encargos sociais	268 164,55	379 232,49
Total de Gastos com pessoal	29 709 730,80	25 985 913,20

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, rubrica referente a “Remunerações do pessoal” representa, respetivamente, 76,8% e 76,0% do total da rubrica referente a gastos com o pessoal.

22. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo Município de Mafra dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalham-se da seguinte forma:

Rubricas	Euros			
	2023		2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento	34 107	(36 035)	-	(53 737)
Retenção de impostos sobre o rendimento				
Trabalho dependente	-	(128 126)	-	(115 227)
Trabalho independente	-	(9 709)	-	(5 527)
Prediais	-	(998)	-	(1 374)
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	516 335	(42 318)	718 768	(8 985)
Outros impostos	-	(1 273)	-	(1 600)
Sistemas de proteção social				
CGA - Parte do trabalhador	-	(45 592)	-	(49 075)
SS - Parte do trabalhador	-	(124 033)	-	(126 540)
Outros - Parte do trabalhador	-	-	-	-
CGA - Parte patronal	-	(2 335)	-	(9 548)
SS - Parte patronal	-	(45 997)	-	(16 133)
Subsistemas de saúde				
ADSE - Parte do trabalhador	-	(144)	-	(10)
SAD/PSP - Parte do trabalhador	-	(32)	-	(30)
SAD/GNR - Parte do trabalhador	-	(227)	-	(164)
IASFA/ADM - Parte do trabalhador	-	(204)	-	(213)
Outros Contribuições para sistemas de proteção social	-	(423)	-	(314)
Outras tributações	-	(1 080)	-	(4 365)
Total de Estado e Outros Entes Públicos	550 442,24	(438 525,18)	718 767,90	(392 840,31)

23. Clientes, contribuintes e utentes

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica "Clientes, contribuintes e utentes" é o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023	2022
	Corrente	Corrente
Clientes	1 767 297,84	1 587 388,96
Contribuintes	201,02	201,02
Utentes	6 637,53	6 438,02
Clientes Contrib. e Utentes Cobrança Duvidosa	2 053 214,54	2 146 718,74
Perdas por imparidade acumuladas	(1 909 484,50)	(1 957 967,33)
Total de Clientes, Utentes e Contribuintes	1 917 866,43	1 782 779,41



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

24. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica "Outras contas a receber" é o seguinte:

Rubricas	Euros							
	2023				2022			
	Valor Bruto		Imparidade	Valor Bruto		Imparidade	Valor Bruto	
	Corrente	Não Corrente	Acumulada	Valor Líquido		Corrente	Não Corrente	Valor Líquido
Pessoal								
Juros de Depósitos a prazo	24 947,67	-	-	24 947,67	3 133,44	-	-	3 133,44
Impostos e Taxas imputados ao período	24 765 717,30	-	-	24 765 717,30	24 062 873,22	-	-	24 062 873,22
Taxas, Multas e Outras Penalidades	421 522,88	-	-	421 522,88	454 559,40	-	-	454 559,40
Estimativa da Participação Fixa de IRS	7 353 775,00	-	-	7 353 775,00	6 334 087,00	-	-	6 334 087,00
Venda de Bens e Serviços Correntes								
Acréscimos de Rendimentos	917 333,20	-	-	917 333,20	961 004,53	-	-	961 004,53
Outros devedores	453 929,02	1 672 444,24	(348 140,02)	1 778 233,24	219 817,05	1 577 876,81	(348 335,68)	1 449 358,18
Total de Outras contas a receber	33 937 225,07	1 672 444,24	(348 140,02)	35 261 529,29	32 035 474,64	1 577 876,81	(348 335,68)	33 265 015,77

25. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" é a seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023	2022
	Corrente	Corrente
Protocolos	-	56 125,81
Fundos Comunitários	114 895,33	480 807,45
Outros	155 964,91	876 822,29
Total de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	270 860,24	1 413 755,55

26. Património/capital

O Património Líquido do Município de Mafra, a 31 de dezembro de 2023, encontra-se detalhado da seguinte forma:

Rubricas	Euros			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património/ Capital	186 434 626,65	-	-	186 434 626,65
Reservas				
Reservas legais	1 485 070,04	-	-	1 485 070,04
Outras Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	6 476 350,90	17 646 143,43	-	24 122 494,33
Ajustamentos em ativos financeiros	86 187,41	275 407,00	-	361 594,41
Excedentes de revalorização	18 749 903,49	-	(925 930,94)	17 823 972,55
Resultado líquido do período				
Ano 2022	15 885 918,98	-	(15 885 918,98)	-
Ano 2023	-	7 840 127,28	-	7 840 127,28
Outras variações no Património Líquido	36 973 428,23	8 005 720,79	(2 581 466,77)	42 397 682,25
Total do Património/Capital	266 091 485,70	33 767 398,50	(19 393 316,69)	280 465 567,51



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O resultado líquido consolidado do presente exercício é positivo, no montante de 7.840.127,28 euros.

Resultados transitados

De acordo com a ata de aprovação de contas em Assembleia Municipal, datada de 19 de abril de 2023, foi deliberada a incorporação total do resultado líquido do período de 2022, no montante de 15.885.918,98 euros, na rubrica de Resultados Transitados.

Ainda, durante o ano de 2023 procedeu-se a regularizações nos ativos, nomeadamente nas depreciações, que incluem o registo das depreciações extraordinárias resultantes da integração do ativo da Mafreduca, S.A. no ativo municipal.

Ajustamentos em Ativos financeiros

Com a aplicação do método de equivalência patrimonial foram efetuados ajustamentos na Cooperativa Tapada Nacional de Mafra.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis

O valor registado na conta #58 - Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis diz respeito a regularizações de depreciações regulares e abates efetuados no ano de 2023.

Outras variações no Património Líquido

Em 2023, na conta #59 - Outras Variações do Património Líquido destacam-se o registo de regularizações contabilísticas referentes ao ativo, nomeadamente, transferências de regtos do domínio público para o domínio privado, no valor de 3.131.200 euros, bem como, o reforço da conta #593 – Transferências e Subsídios de Capital em cerca 2.020.462 euros.

27. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Fornecedores" decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	Euros			
	2023 Corrente	2023 Não Corrente	2022 Corrente	2022 Não Corrente
Fornecedores	2 599 700,10		1 883 640,52	128 555,00
Fornecedores de Investimento	462 500,00	2 006 250,00	2 123 403,88	3 039 653,88
Total de Fornecedores	3 062 200,10	2 006 250,00	4 007 044,40	3 168 208,88

■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

28. Outras contas a pagar

A rubrica de "Outras contas a pagar", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	Euros			
	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores por acréscimos de custos				
Pessoal	-	-	983,67	-
Remunerações a Liquidar	3 975 120,99	-	3 512 496,93	-
Juros a Liquidar	178 782,02	-	88 011,59	-
Aquisição de Bens e Serviços	417 076,04	-	338 498,62	-
Outros acréscimos de custos	414 921,53	-	463 726,03	-
Outras contas a pagar				
Sindicatos	1 328,74	-	1 229,91	-
Outros credores	554 660,82	5 056 241,46	479 123,16	3 812 941,44
Total de Outras contas a pagar	5 541 890,14	5 056 241,46	4 884 069,91	3 812 941,44

29. Credores por transferências e subsídios concedidos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica "Credores por transferências e subsídios concedidos" é a seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Outros	2 492,29	1 264,83
Total de Credores por transferências e subsídios concedidos	2 492,29	1 264,83

30. Fornecimentos e serviços externos

No período de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" é o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023	2022
Subcontratos	11 235 150,03	9 026 588,57
Serviços especializados	10 696 873,14	8 540 578,26
Materiais de consumo	1 382 129,23	1 127 035,03
Energia e fluidos	5 273 814,37	5 712 831,08
Deslocações, estadas e transportes	244 170,97	172 706,98
Serviços diversos	5 618 649,22	4 245 821,94
Total de fornecimentos e serviços externos	34 450 786,96	28 825 561,86



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

31. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Proveitos suplementares	300 988,34	323 944,11
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	3 068,55	1 950 185,92
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 466 317,78	2 250 941,77
Outros rendimentos	2 193 855,10	3 472 328,81
Total de Outros rendimentos e ganhos	3 964 229,77	7 997 400,61

32. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica "Outros gastos e perdas" a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Impostos e Taxas	1 603 654,84	1 305 274,54
Quotizações	5 000,00	1 200,00
Gastos e perdas em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		793,75
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	316 612,65	148 342,62
Perdas em Existências	1 770,40	4 114,20
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	31 274,91	199 206,79
Outros gastos	1 036 133,70	35 004,87
Total de Outros gastos e perdas	2 994 446,50	1 693 936,77



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

33. Gastos ou reversões de depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica “Gastos ou reversões de depreciações e amortizações” a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Propriedades de Investimento		
Edifícios e Outras Construções	384 766,01	325 179,43
Sub-total de depreciações em Propriedades de Investimento	384 766,01	325 179,43
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		
Edifícios e outras construções	1 089 052,16	1 174 503,01
Infraestruturas	10 659 626,13	10 703 493,50
Sub-total de depreciações em Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	11 748 678,29	11 877 996,51
Outros Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	3 921 262,10	4 857 060,53
Equipamento Básico	1 958 813,71	2 069 059,16
Equipamento de Transporte	362 544,35	252 396,85
Equipamento Administrativo	320 397,85	331 763,81
Outros ativos fixos tangíveis	1 143 361,72	1 132 952,02
Sub-total de depreciações em Ativos Tangíveis	7 706 379,73	8 643 232,37
Ativos Intangíveis		
Programas de computador e sistemas de informação	603 509,96	569 257,61
Outros	1 272 727,27	1 348 166,70
Sub-total de amortizações em Ativos Intangíveis	1 876 237,23	1 917 424,31
Total de Gastos/ reversões de depreciação e amortização	21 716 061,26	22 763 832,62

34. Juros e rendimentos similares obtidos

O detalhe da rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Juros Obtidos		
Juros Obtidos	239 881,97	4 461,85
Dividendos obtidos	16 073,61	-
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	-	(5 388,97)
Total de Juros e rendimentos similares obtidos	255 955,58	(927,12)



■ Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

35. Juros e gastos similares suportados

O detalhe da rubrica “Juros e gastos similares suportados” a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Juros Suportados	2 215 760,23	2 162 183,17
Outros Custos e Perdas Financeiros	65 244,40	88 570,55
Total de Juros e gastos similares suportados	2 281 004,63	2 250 753,72

36. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe da rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2023 Corrente	2022 Corrente
Mercadorias	4 259 053,44	4 081 221,09
Matérias-primas	166 300,43	203 054,76
Materiais diversos	677 389,94	677 405,98
Total de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 102 743,81	4 961 681,83

37. Trabalhos para a própria entidade

Os Trabalhos para a própria entidade respeitam, em grande parte, a serviços prestados pela GIATUL ao Município de Mafra, registados pelo município em Ativos não correntes, tanto em 2023 como em 2022.



■ Demonstrações Orçamentais

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No âmbito da aplicação das Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei nº. 192/2015, de 11 de setembro, em concreto com a aplicação da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, é necessário nas Contas consolidadas do Município apresentar:

- a) Uma demonstração consolidada do desempenho orçamental;
- (b) Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Conforme já referido no seu relatório individual, a GIATUL apresentou, pela primeira vez em 2023, as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Conforme já referido no Relatório anual consolidado, o perímetro de consolidação do Município de Mafra é composto, então, em 2023 por três entidades que, por imposição legal, são obrigadas a apresentar demonstrações orçamentais consolidadas (o próprio Município de Mafra, os SMAS e a GIATUL), pelo que, as demonstrações financeiras de 2023 a seguir apresentadas passam a incluir os efeitos das três entidades que apresentam Contabilidade e Relato Orçamental a nível individual.



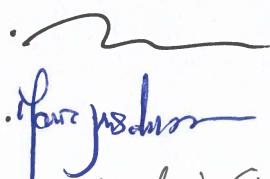
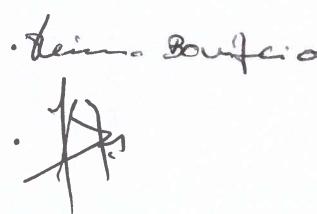
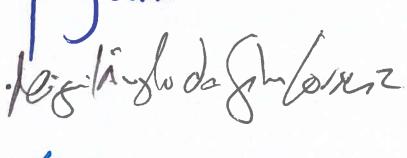
■ Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubricas		Euros 2023	Rubricas		Euros 2023
Saldo Gerência Anterior			Despesa corrente		
Operações Orçamentais (1)		31 973 008,47	Despesas com pessoal		83 181 546,48
Restituição de saldo de operações orçamentais		0,00	Remunerações certas e permanentes		30 010 780,63
Operações Tesouraria (A)		4 758 357,80	Abonos variáveis e eventuais		22 680 534,67
Receita corrente		112 586 869,64	Segurança Social		908 921,49
R1 Receita fiscal	44 614 776,94	D1	Aquisição de bens e serviços		6 423 124,47
R11 Impostos diretos	44 614 776,94	D11	Juros e outros encargos		39 485 722,47
R12 Impostos indiretos	0,00	D12	Transferências correntes		2 890 063,96
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D4	Administrações públicas		7 099 400,94
R3 Taxas, multas e outras penalidades	9 937 892,50	D41	Administração Central - Estado		3 620 631,82
R4 Rendimentos de propriedade	386 688,99	D411	Administração Central - Outras entidades		0,00
R5 Transferências Correntes	23 346 096,43	D412	Administração Regional		0,00
R51 Administrações Públicas	22 987 244,71	D413	Administração Local		0,00
R511 Administração Central - Estado	22 242 331,76	D414	Instituições sem fins lucrativos		3 620 631,82
R512 Administração Central - Outras entidades	293 218,39	D415	Famílias		2 572 900,29
R513 Segurança Social	0,00	D416	Outras		517 485,29
R514 Administração Regional	0,00	D5	Subsídios		388 383,54
R515 Administração Local	451 694,56	D6	Outras despesas correntes		1 152 672,38
R52 Exterior - UE	0,00	D7	Despesa de capital		2 542 906,10
R53 Outras	358 851,72	D8	Aquisição de bens de capital		38 450 252,40
R6 Venda de bens e serviços	32 902 703,01	D81	Transferência de capital		33 022 672,83
R7 Outras receitas correntes	1 398 711,77	D811	Administrações públicas		1 269 182,72
Receita de capital	7 877 235,91	D812	Administração Central - Estado		456 289,30
R8 Venda de bens de investimento	2 280 402,49	D813	Administração Central - Outras entidades		0,00
R9 Transferências de Capital	4 570 656,00	D814	Segurança Social		0,00
R91 Administrações Públicas	3 588 338,97	D815	Administração Regional		0,00
R911 Administração Central - Estado	1 405 151,62	D816	Administração Local		456 289,30
R912 Administração Central - Outras entidades	120 540,96	D817	Instituições sem fins lucrativos		811 756,01
R913 Segurança Social	0,00	D818	Famílias		0,00
R914 Administração Regional	0,00	D819	Outras		1 137,41
R915 Administração Local	2 062 646,39	D9	Outras despesas capital		4 158 396,85
R92 Exterior - UE	0,00				
R93 Outras	982 317,03				
R10 Outras receitas de capital	900 180,93				
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	125 996,49				
R13 Receita com passivos financeiros	0,00				
Receita efetiva (2)	120 464 105,55		Despesa efetiva (5)		121 631 798,88
Receita não efetiva (3)	0,00		Despesa não efetiva (6)		5 745 769,18
R12 Receita com ativos financeiros	0,00		D10 Despesa com ativos financeiros		0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00		D11 Despesa com passivo financeiros		5 745 769,18
Soma [4]-[1]+[2]+[3]	152 437 114,02		Soma [7]-[5]+[6]		127 377 548,06
Operações de tesouraria [B]	7 911 627,98		Operações de tesouraria [C]		6 788 276,59
			Saldo para a gerência seguinte		30 941 255,15
			Operações orçamentais [B] = [4]-[7]		25 059 545,96
			Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		5 881 709,19
			Saldo global [2] - [5]		(1 167 693,33)
			Despesa primária		118 741 734,92
			Saldo corrente		29 405 323,16
			Saldo de capital		-30 699 912,98
			Saldo primário		1 722 370,63
			Receita total [1] + [2] + [3]		152 437 114,02
			Despesa total [5] + [6]		127 377 548,06

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo





■ Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	Liquidações	Euros 2023	Rubrica	Obrigações	Euros 2023
Receita corrente			Despesa corrente		
R1 Receita fiscal	0,00		D1 Despesas com pessoal		950 382,74
R11 Impostos diretos	0,00		D11 Remunerações certas e permanentes		317 239,90
R12 Impostos indirectos	0,00		D12 Abonos variáveis ou eventuais		282 075,52
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00		D13 Segurança Social		8 716,77
R3 Taxas, multas e outras penalidades	186 815,24		D2 Aquisição de bens e serviços		26 445,61
R4 Rendimentos de propriedade	10 021,26		D3 Juros e outros encargos		621 105,30
R5 Transferências Correntes	0,00		D4 Transferências correntes		0,00
R51 Administrações Públicas	0,00		D41 Administrações públicas		2 984,15
R511 Administração Central - Estado	0,00		D411 Administração Central - Estado		0,00
R512 Administração Central - Outras entidades	0,00		D412 Administração Central - Outras entidades		0,00
R513 Segurança Social	0,00		D413 Segurança Social		0,00
R514 Administração Regional	0,00		D414 Administração Regional		0,00
R515 Administração Local	0,00		D415 Administração Local		0,00
R52 Exterior - UE	0,00		D42 Instituições sem fins lucrativos		0,00
R53 Outras	0,00		D43 Famílias		2 984,15
R6 Venda de bens e serviços	3 470 832,71		D44 Outras		0,00
R7 Outras receitas correntes	22 148,05		D5 Subsídios		0,00
Receita de capital			D6 Outras despesas correntes		9 053,39
R8 Venda de bens de investimento	0,00		Despesa de capital		375 254,49
R9 Transferências de Capital	0,00		Aquisição de bens de capital		375 254,49
R91 Administrações Públicas	0,00		Transferência de capital		0,00
R911 Administração Central - Estado	0,00		D81 Administrações públicas		0,00
R912 Administração Central - Outras entidades	0,00		D811 Administração Central - Estado		0,00
R913 Segurança Social	0,00		D812 Administração Central - Outras entidades		0,00
R914 Administração Regional	0,00		D813 Segurança Social		0,00
R915 Administração Local	0,00		D814 Administração Regional		0,00
R92 Exterior - UE	0,00		D815 Administração Local		0,00
R93 Outras	0,00		D82 Instituições sem fins lucrativos		0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00		D83 Famílias		0,00
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	10 510,42		D84 Outras		0,00
			D9 Outras despesas capital		0,00
Receita efetiva (2)	3 700 327,68		Despesa efetiva (5)		1 325 637,23
Receita não efetiva (3)	0,00		Despesa não efetiva (6)		0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00		D10 Despesa com ativos financeiros		0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00		D11 Despesa com passivos financeiros		0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	3 700 327,68		Soma [7]=[5]+[6]		1 325 637,23

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

• Humberto
• Fábio
• António Gonçalves
• Mário José
• Manoel Gomes
• Maria

José Adriano

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1^o 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3^o 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

AO
MUNICÍPIO DE MAFRA

Assunto: Parecer do auditor externo sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2023

Lisboa, 04 de junho de 2024

1. Nos termos do n.^º 2 do Artigo 77.^º, da Lei n.^º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, examinámos o Relatório e contas consolidado do Município de Mafra, reportado a 31 de dezembro de 2023.
2. De acordo com as análises a que procedemos, as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Considerando o relatório e contas consolidados do exercício de 2023, e tendo em conta o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas por nós emitida, é nosso parecer:
 - a) que os referidos elementos de prestação de contas consolidadas foram elaborados de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, e
 - b) que refletem a situação consolidada do Município, em 31 de dezembro de 2023.

Nestas circunstâncias, os elementos de prestação de contas consolidadas, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n^º 320)
registado na CMVM com o n^º 20160076



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n^º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n^º 20161380

RSM & Associados - Soc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 213553 550 F: +351 213561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Mafra (o Grupo Autárquico), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 398.073.184 euros e um total do património líquido de 280.465.568 euros, incluindo um resultado líquido de 7.840.127 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Autárquico em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

A Certificação Legal das Contas individuais do Município apresenta as seguintes reservas, com o respetivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

"Conforme temos referido em exercícios anteriores, a inventariação dos bens do Ativo Imobilizado do Município, a sua depreciação, registos prediais e notariais, designadamente os que foram objeto da inventariação inicial no exercício de 2002, apesar das diligências, atualizações e levantamentos que têm vindo a ser postos em prática, não permitem, ainda, confirmar sobre a validação na totalidade dos valores registados.

Conforme referido na Nota 5 do anexo às Demonstrações Financeiras, para efeitos da aplicação da NCP-4, no exercício de 2022, o Município procedeu ao reconhecimento do acordo de concessão de serviços com a E-Redes, S.A., nos ativos Municipais, pelo valor líquido de 10.981.409,17 euros, de acordo com os dados fornecidos pela entidade. Em cumprimento da Base XXXVII do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, foi reconhecida a indemnização por resgate de concessão, no valor de 9.602.100,00 euros. Em junho de 2023 a E-Redes disponibilizou informação, de forma mais detalhada, por grupos homogéneos, relativa às contas auditadas do ano de 2022, tendo o Município procedido ao seu reconhecimento. Em março de 2024, o Município solicitou informação atualizada reportada a 31/12/2023, tendo sido disponibilizada informação provisória, não auditada e de forma agregada, com a justificação de que a E-Redes só terá condições de disponibilizar os dados detalhados após conclusão do processo de certificação das contas reguladas, indicando o final do mês de maio de 2024 como data previsível. Face ao referido,

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

foram efetuados os registos contabilísticos inerentes ao ajuste do reconhecimento provisório, atualizando-se o valor do ativo líquido para 11.561.387,43 euros e o valor de resgate ou de indemnização para 10.351.012,00 euros (verba registada no passivo não corrente, em financiamentos obtidos). Pelo já referido, não foi possível obter, de forma detalhada, toda a informação de cada um dos ativos afetos e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos, pelo que não nos podemos pronunciar sobre os possíveis efeitos que daí possam advir.

As demonstrações financeiras da Empresa Municipal "Giatul, E.M., S.A.", referentes ao exercício de 2023, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, apresentando na respetiva Certificação Legal das Contas a reserva, que se transcreve:

"Na rubrica de ativos intangíveis encontra-se reconhecido o valor de 5,6 milhões de euros referente a direitos de superfície de um conjunto de terrenos onde atualmente existem estruturados edifícios escolares pertença do Município de Mafra e provindos da liquidação da MAFRAEDUCA, S.A., em 2023. Em deliberação de Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2023 da Entidade, foi evocado que este não tem expectativa atual e futura de uso dos mencionados direitos de superfície, em consequência da operação de internalização e liquidação dos Sociedade MAFRAEDUCA, S.A, com a transferência de todos os ativos e passivos para o Município de Mafra. Desta forma, é nossa opinião que deveriam ter sido desreconhecidos esses direitos de superfície contabilizados em Ativos intangíveis pela globalidade do valor. Se tivesse sido reconhecida essa menor valia, o resultado líquido do exercício, o ativo e os capitais próprios seriam inferiores em 5,7 milhões de euros".

No âmbito da operação da internalização da Mafrededuca, S.A. no Município de Mafra acima identificada, foram incluídos em Ativos Intangíveis no Município de Mafra Direitos de Superfície que se encontravam registados no Balanço da Mafrededuca, na data de internalização, pelo valor líquido de 1.041.058 euros. Estes ativos, sendo relativos a operação ocorrida anteriormente com o Município de Mafra, deveriam ter sido objecto de regularização no âmbito da operação de internalização ocorrida em 2023."

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As demonstrações financeiras dos "SMAS de Mafra", referentes ao exercício de 2023, também auditadas pela "RSM & Associados SROC", apresentam na Certificação Legal das Contas três ênfases, que se transcrevem:

- a) "Em conformidade com a nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os "SMAS de Mafra" reconhecem um ativo intangível sempre que o mesmo seja identificável, seja exercido controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para os SMAS e o seu custo seja fiavelmente mensurado, encontrando-se os ativos intangíveis registados ao custo de aquisição deduzidos das respetivas amortizações acumuladas. Desta forma os "outros ativos intangíveis" evidenciam o valor da indemnização referente à reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato e resgate antecipado da concessão de abastecimento de água de 7.000.000 euros, cujo valor líquido em 31.12.2023 era de 1.484.848 euros, tendo-se definido a taxa de depreciação com base e em função da data em que terminava a concessão (2025)."

- b) "Em conformidade com o referido na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, em 2020 foram finalizados os inventários de todas as infraestruturas do sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Saneamento, dando continuidade à Implementação do Sistema de Gestão Patrimonial desta Entidade Gestora.
- c) Através da análise comparativa das vidas úteis, que tomou em consideração a legislação, orientações e estudos técnicos existentes sobre o setor de atividade dos SMAS de Mafra, e considerando os serviços que, "a norma de Contabilidade Pública 5 do SNC-AP estabelece que na determinação da vida útil dos ativos devem ser considerados fatores de utilização esperada do ativo, desgaste físico esperado e obsolescência técnica e comercial", "é de especial relevância o conhecimento específico do setor das águas apresentado pelos estudos técnicos", foi "entendido que as vidas úteis indicadas no estudo ERSAR dão a imagem mais adequada da vida útil das infraestruturas e equipamentos de abastecimento e saneamento dos SMAS de Mafra". Os SMAS de Mafra optaram por seguir, para os bens dessa natureza, de forma sustentada os anos de vida útil indicados no estudo da ERSAR, para determinação das depreciações. Na análise desta matéria, conforme referido no anexo do relatório e contas, foram também tomados em consideração os conceitos de anos de vida útil apresentados no normativo legal "Classificador Complementar 2", elaborado no âmbito da entrada em vigor do SNC-AP."

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Autárquico de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno adequado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Autárquico de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Autárquico;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Autárquico para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Autárquico descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Autárquico que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Autárquico. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 04 de junho de 2024



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n° 320)
registado na CMVM com o n° 20160076



A series of handwritten signatures in blue ink, likely belonging to the audit partners, are arranged vertically along the right edge of the page. The signatures include stylized letters such as 'V.', 'h', 'A', 'S', 'N', 'P', and 'h'.